

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP

Grupo Temático: Turismo y patrimonio

Clediane Nascimento Santos

Estudante de Doutorado e Bolsista FAPESP do curso de Pós Graduação em Geografia da UNESP – Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente, (UNESP/FCT).

E-mail: cle26santos@gmail.com.

Rosângela Custodio Cortez Thomaz

Orientadora. Pós - Doutora em Turismo pela Universidade de Santiago de Compostela – ES. Docente da UNESP – Univ. Estadual Paulista, Rosana/SP. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo no Espaço Rural – GEPTER. E-mail: rocortez@rosana.unesp.br.

RESUMO

A abordagem sobre a cultura popular no espaço rural de Rosana/SP, localizado na região do Pontal do Paranapanema, diz respeito à relevância do patrimônio cultural como fator importante no processo de desenvolvimento territorial por meio do turismo no espaço rural. Consiste em considerar a cultura importante para o desenvolvimento social e econômico das comunidades envolvidas. Propõe - se a compreender o significado do patrimônio cultural no espaço rural de acordo com a visão dos envolvidos com a temática e identificar as medidas que contribuem para sua valorização. Por meio de pesquisa descritiva e exploratória e com estudo da literatura pertinente e mediante o uso de entrevistas semiestruturadas, com roteiro elaborado previamente e com questões em aberto, pois este tipo de entrevista possibilita mais flexibilidade à pesquisadora em inserir questões sobre aspectos importantes surgidas no ato da entrevista, e que não tenha sido contemplada no roteiro. Os sujeitos sociais são os órgãos públicos e entidades relacionadas ao tema. Os dados coletados foram interpretados seguindo a bibliografia pesquisada. Constatou que os entrevistados consideram a cultura como relevante para o desenvolvimento local. Observou-se que a valorização do patrimônio imaterial por meio da prática do turismo é de grande valia para a comunidade deste município, resgatando a história de vida, seus saberes e costumes, fortalecendo a sua autoestima e possibilitando agregar renda.

Palavras – chave: Cultura. Patrimônio Cultural. Turismo no Espaço Rural.

Introdução

Este trabalho é um estudo de caso, geralmente, este é utilizado para dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos (Yin, 2005).

O objeto de estudo encontra-se no Município de Rosana, no assentamento Gleba XV de Novembro. Este Município está localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, pertencente à região do Pontal do Paranapanema. Tem como limites os seguintes municípios: Teodoro Sampaio (SP), Euclides da Cunha Paulista (SP), Diamante do Norte (PR), Bataiporã (MS) e Anaurilândia (MS), conforme ilustrado na Figura 1.

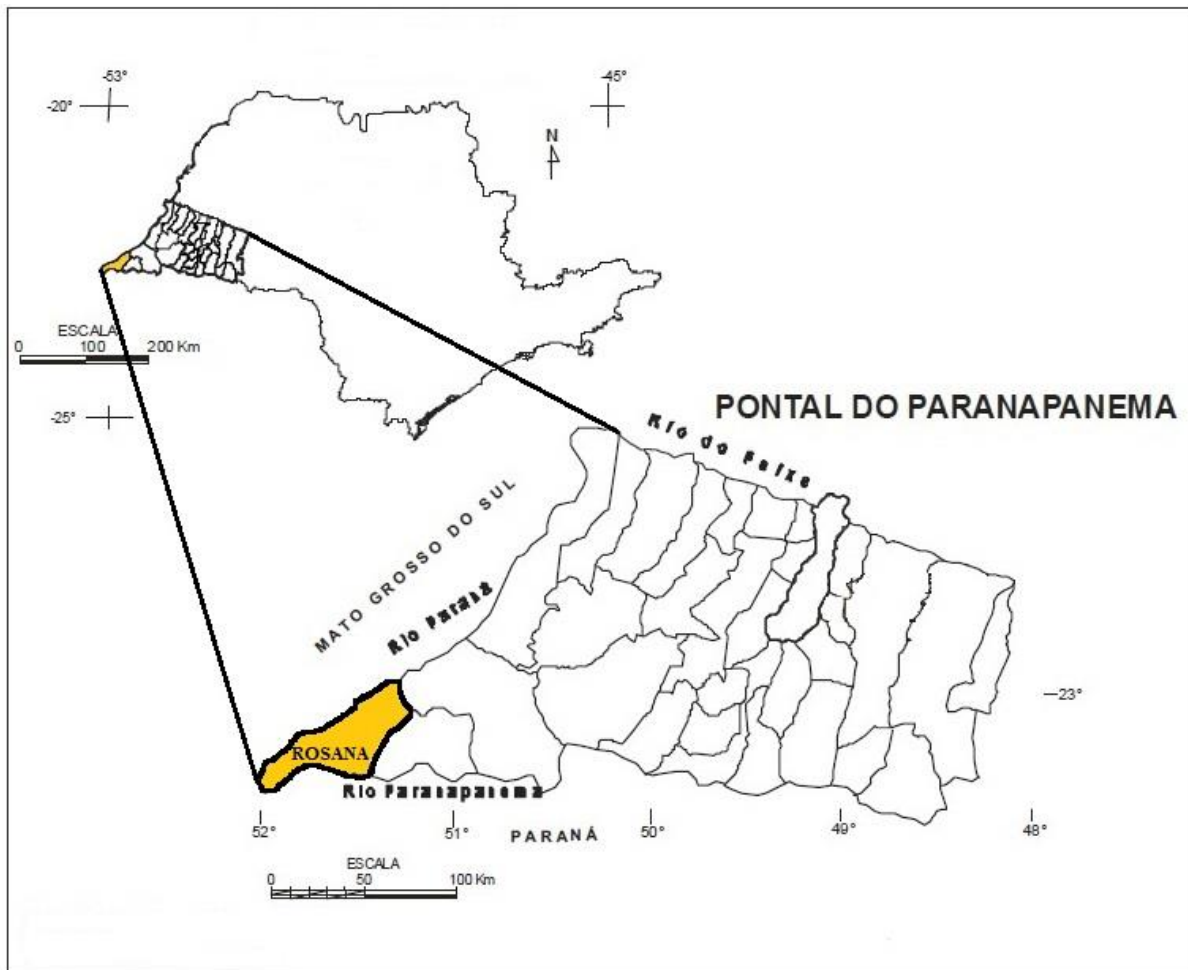


Figura 1- Mapa de localização do município de Rosana/SP

Fonte: Thomaz Jr, A. 2007. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra073.pdf>. Acesso em 12 jul. 2013. Org.: Autora.

O assentamento Gleba XV de Novembro localiza-se em dois municípios, com lotes distribuídos em diversos setores, sendo o setor I, II, III localizados em Rosana/SP e os setores IV, V VI em Euclides da Cunha Paulista. Originalmente, foram criados 571 lotes, dos quais 438 estão em Rosana/SP (Iokoi et al., 2005).

O início deste assentamento está relacionado às demissões da Companhia Energética do Estado de São Paulo - CESP, das empreiteiras e da Destilaria Alcídia. O desemprego massivo de milhares de pessoas deixaram muitas famílias sem ter para onde ir e sem opção de emprego na redondeza, logo que não havia outras empresas que pudesse acolher todo o contingente dispensado. Aliado a isso, outro agravante surgido foi à enchente no rio Paranapanema, no ano de 1983 que desabrigou muitas famílias ribeirinhas. Estas famílias se juntaram em um grande acampamento no trevo de Euclides da Cunha e organizaram um movimento que tinha como objetivo a luta pela terra (Souza, 2007).

Assim, em 15/11/1983 aproximadamente 800 trabalhadores vindos dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e outras localidades, ocuparam as terras da ex-fazenda Tucano e Rosanela, ambas em Teodoro Sampaio. A ocupação terminou por meio de um pedido de desapropriação feito pelos proprietários e no qual os ocupantes foram despejados e fizeram um acampamento na Rodovia Arlindo Bétio, SP 613 (Iokoi et al., 2005).

Após um tempo foram para uma área provisória cedida pela CESP. Com o agravamento da questão agrária, o governo paulista em 1984, desapropriou uma área equivalente a 15 mil hectares (ha)

para a implantação do projeto assentamento, que atualmente é conhecido como Gleba XV de Novembro (Santos, 2009).

Hoje, as principais atividades desenvolvidas na maioria dos lotes são: a pecuária e a agricultura, no entanto alguns destes assentados arrendam a terra para o cultivo da cana ou trabalham fora para complementar a renda. A renda média de acordo com a safra 2010/2011 é de aproximadamente 1,3 salários mínimos por famílias, segundo dados disponibilizados pelo ITESP (Itesp, 2013).

A produção agrícola corresponde a 405 lotes que produzem principalmente: fruticultura com destaque para o abacaxi e a melancia; olericultura com a produção de abóbora seca e a batata doce; e outros produtos como o milho em grão e a mandioca seca.

A variedade da produção agrícola possibilita o desenvolvimento do turismo no espaço rural, a partir da criação de roteiros de visitação que levem o visitante a conhecer as formas de se cultivar, a colheita, armazenagem e distribuição, além de outros elementos culturais ali existentes.

Este assentamento, por ser o mais antigo do Pontal do Paranapanema, sua história evoca aos bastidores da luta pela terra nesta região, protagonizados pelas famílias que conquistaram o direito de ter o seu lugar. Ele é palco de muitos embates internos que faz deste assentamento um caso t pico, no qual a luta ideológica dos movimentos sociais pela terra se faz presente. Este fato caracteriza este assentamento no município de Rosana como enigmático para se desvelar o histórico da luta pela terra e para compreender a atuação dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no Estado, bem como no País.

Além destas características, ele possui como patrimônio cultural a Folia de Reis, Roda de Viola e o modo de vida aliado aos costumes dos pequenos agricultores que lidam com a terra. A Gleba XV de Novembro foi selecionada para analisar a potencialidade turística, dentro de uma proposta de Turismo no Espaço Rural - TER que, apresente a latência do patrimônio cultural, representados pela Folia de Reis, pelas festas populares e os aspectos próprios produtivos das propriedades por meio da vivência com as famílias assentadas em sua lida diária com a produção. Em virtude disso, é salutar políticas públicas culturais que contribuam para a diversidade de patrimônio cultural das populações tradicionais e que estas consigam manter seu legado e sejam valorizadas.

1 Breve Trajetória da Política Pública Cultural no Brasil

Em face dessa realidade, pressupõe-se que ao se falar sobre a perspectiva de cultura e patrimônio é essencial apontar para a construção de política. Nesse sentido, segundo Arendt (1998), a política trata da convivência entre os homens que, se organizam para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto ou a partir do caos absoluto das diferenç s. Por isso, ela é um instrumento de organização territorial e social.

No Brasil, a política pública no que tange a cultura, esta ainda não encontrou centralidade nos diferentes governos ao longo dos anos, conforme veremos a seguir. Isso mostra que ainda não entendemos que a cultura   tão significativa quanto a economia para o processo de desenvolvimento de um país.

Nesse sentido, o período republicano foi palco de raras ações na área do patrimônio que não podem ser vistas como uma nova renovação ou novidade do Estado no campo cultural. Assim como não foi considerado como ação conseqüente de política cultural os atos referentes aos anos de 1945 a 1964. O que se destaca não tão significativamente   a utilização em 1953 da expressão cultura para instituir, de forma secundariamente um ministério, Educação e Cultura, e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), mas essas criações não foram essenciais para a mudanç a do quadro de ausência de políticas culturais no Brasil (Rubim, 2007).

Durante o início do período republicano brasileiro também não houve grandes mudanç s que envolvesse a questão patrimonial. Nem mesmo com a preocupação e atuação de artistas e intelectuais tais como: Araújo Porto - Alegre, Araújo Viana e Afonso Arinos. Esse período foi marcado, a priori,

por mudanças urbanísticas e arquitetônicas, motivada pela inserção do Brasil na economia internacional (Gonçalves, 2007).

Para Rubim (2007), o período do Estado Novo (1937-1945) com suas proposições a cultura, tentaram criar uma idéia de nacionalidade, assim como, se trabalhou com a valorização cultural e as políticas públicas. Destaca-se nesse momento, com a atuação de Gustavo Capanema, a criação da legislação para o cinema, a radiodifusão, as artes, as profissões culturais. Também constituíram algumas instituições culturais, tais como: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938). Com a gestão de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde (1934-1945), foi aproveitado em seu ministério alguns intelectuais da época, tais como: Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete; Oscar Niemeyer; Cândido Portinari; entre outros. No governo Vargas criou-se algumas instituições, mas contraditoriamente, aniquilou outras políticas culturais de vital significância para cultura, tais como a de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938).

No período do Golpe Militar de 1964, de acordo com o mesmo autor citado acima, confirmou a triste tradição da relação cultura com o autoritarismo. Apesar de terem exilados, assassinados a muitos intelectuais e criadores populares, trouxe uma nova configuração cultural para o país. Nesse período teve um investimento no desenvolvimento das indústrias culturais, especialmente na infraestrutura sócio tecnológica imprescindível à cultura midiaticizada. Também foi perceptível na Ditadura Militar, a exemplo do Estado Novo, também delineações nas legislações culturais e a criação de vários organismos no âmbito cultural, tais como: Conselho Federal de Cultura (1966); o Instituto Nacional de Cinema (1966); a Empresa Brasileira de Filme – EMBRAFILME (1969); a Fundação Nacional das Artes – FUNARTE (1975); o Centro Nacional de Referência Cultural (1975); a RADIOBRÁS (1976); o Conselho Nacional de Cinema (1976); a FUNARTE; e o primeiro Plano Nacional de Cultura formulado no país, que foi esborçado em 1975, em plena ditadura militar. Nesse período de autoritarismo, as culturas populares, indígena, afro-brasileira não foram consideradas, e muitas vezes foram coagidas e reprimidas. Não há escrito nesse período que se refira a política e criação de instituições ligadas a cultura popular com a intervenção governamental. Se houve, foi muito por iniciativa própria e as escondidas do governo. Na ditadura militar foi fechado em 1964 o ISEB; os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes e o Movimento de Cultura Popular, onde aparece Paulo Freire também foram fechados.

No governo neoliberal de Collor foram extinguidas muitas instituições culturais do país. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi uma das poucas instituições que conseguiu sobreviver a esse período de barbárie contra a cultura. O SPHAN, é uma instituição simbólica à política cultural no país até o final dos anos 60 e início da década seguinte. Esta instituição foi criada a partir de uma proposta confiada por Gustavo Capanema a Mário de Andrade, mas não satisfatoriamente acolhida pelo último. O SPHAN passou a ser a casa de acolhimento dos modernistas, a começar pelo seu dirigente: Rodrigo de Melo Franco (1937 até sua morte nos anos de 1960). O SPHAN fez a opção de cuidar da preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental. Os serviços integravam basicamente: as igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial. Com isto, o SPHAN, que até então era Serviço, passou a ser designado Instituto, no qual vigora até a atualidade como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com fortalecimento de sua área de atuação, consolidação de sua estrutura e equipe de trabalho. Dessa forma, com seu aparato institucional bem definido que permitiu a sua sobrevivência, a independência e a continuidade organizacional e administrativa ao longo dos anos (Rubim, 2007).

Durante o século XX, de modo universal, foi um período de amadurecimento sobre a questão do patrimônio cultural como sinônimo de bem comum que deve ser salvaguardado, contudo, a questão de

preservação e proteção desses bens ficou atrelada praticamente a atuação do Estado, ou seja, os indivíduos não tinham a noção de pertencimento e primor pelo patrimônio (Gonçalves, 2007).

A criação de um ministério exclusivo da cultura foi um passo importante para o favorecimento do campo. Além disso, surgem dois outros movimentos que assumem posição central na construção de políticas de Estado no campo cultural: a elaboração, implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC). A construção desses dois mecanismos vem sendo realizado pelo ministério, com atuação dos estados, municípios e sociedade civil. Com isso visa-se a consolidação de estruturas e de políticas, que sustentem a criação de programas culturais de médios e longos prazos (Rubim, 2007).

No que diz respeito ao Plano Nacional de Cultura (PNC), este, teve como estratégias e diretrizes a execução de políticas públicas exclusivas à cultura. Além disso, teve como elemento norteador um diagnóstico amplo a cerca das condições em que se dão as manifestações e as experiências culturais, para que conhecendo bem, pudessem ser lançadas propostas que orientasse à atuação do Estado. A elaboração do PNC deveria estar pautada na responsabilidade cívica, participação social e gerar bem estar e desenvolvimento comunitário (Brasil, 2008).

Assim, o Plano Nacional de Cultura teve como obrigações englobar as: linguagens artísticas; as múltiplas identidades; as expressões culturais, que por muito tempo foi esquecida pelo Estado. Também era dever do Plano: reconhecer a diversidade cultural; garantir o pluralismo de gêneros; estilos; tecnologias. Às instituições governamentais teriam o papel de elaborar as diretrizes, planejar, implementar, acompanhar, avaliar e monitorar ações e programas culturais, com diálogo constante com o PNC e com a sociedade. Ainda convém lembrar que, apesar de salutar o desenvolvimento de políticas como o SNC e o PNC, é imprescindível também a constituição de parâmetros legais e a participação da sociedade civil, que possibilite o desenvolvimento de sistemas de informações, de indicadores de avaliação, de mecanismos de regulação de mercado e de territorialização das políticas culturais. Além do melhoramento da questão do financiamento das atividades culturais por meio de verba pública, orçamento e leis de incentivo fiscal, para que tudo isso venha de fato, a colaborar para a efetivação do pacto federativo sobre a divisão dos privilégios e responsabilidades entre as esferas de governo federal, estadual e municipal (Brasil, 2008).

O Sistema Nacional de Cultura foi um dos frutos procedentes do Plano Nacional de Cultural, e tem por objetivos: viabilizar o modelo de gestão, articular e integrar os três entes federados e a sociedade civil; além de fortalecer os órgãos responsáveis pela gestão cultural, dos conselhos e conferências de política cultural e dos sistemas de financiamento da cultura (Brasil, 2008).

O Plano Nacional de Cultura (PNC) foi um avanço nas políticas culturais, pois pressupõe a importância de se ter um patrimônio cultural salvaguardado, principalmente quando há esse reconhecimento, mínimo que seja, representa muito para a história individual e coletiva.

Levando em consideração esses aspectos, observa-se que a cultura exerce um papel imponderável, não tão somente, para o desenvolvimento do turismo, mas igualmente para a existência humana.

2. O olhar para o Patrimônio cultural: um estudo sobre a Folia de Reis

Pode - se mencionar que o estudo sobre o patrimônio cultural, de certa forma, que ele é importante para o desenvolvimento territorial, social e econômico dos lugares. O patrimônio cultural é parte integrante e indissociável da vida dos indivíduos, e negá-lo significar refutar a própria existência humana.

Conforme Froner (2009, p. 91), o conceito de patrimônio cultural

é fácil de delimitar, uma vez que para a formação cultural de uma comunidade não estão apenas sedimentados as experiências, as expressões, as criações, construções e

conhecimentos transmitidos pelos ancestrais, mas também a paisagem e a natureza que caracterizam a relação desse ambiente com a sociedade; o valor do lugar não apenas como existência, mas como compartilhamento de sentidos por meio da consciência humana. Nesse mesmo sentido, sua competência é de difícil elaboração: quaisquer que sejam as palavras que utilizemos para explicá-las, estas parecem sempre excludentes, transitórias ou insuficientes.

Segundo Choay (2011), a gênese da palavra patrimônio está relacionada a bem de herança que, seguindo as leis, descende dos pais e mães para seus, mas na contemporaneidade também adquiriu outros adjetivos, no qual se refere também ao genético, natural, etc.

Para Funari; Pelegrini (2006, p. 8), ao se falar em patrimônio, há duas noções diferentes, mas que estão associadas. “Em primeiro lugar, pensamos nos bens que transmitimos aos nossos herdeiros – e que podem ser materiais, como uma casa ou uma joia, com valor monetário determinado pelo mercado”, e em segundo, também está os “bens materiais de pouco valor comercial, mas de grande significado emocional, como uma foto, um livro autografado ou uma imagem religiosa do nosso altar doméstico”. Em virtude disso, pode - se dizer que o patrimônio é, não somente os bens tangíveis, mas igualmente, os bens intangíveis de um indivíduo.

De acordo com Froner (2009, p. 91), a palavra patrimônio vem do sentido romano de

patrimonium, cuja raiz *patri* remete ao conceito de *pátria potestas* (poder do pai). Cabe ressaltar, porém, que o sentido de pai, como *pater familias*, era utilizado para designar o chefe da família; o detentor do *domus* (casa) familiar. Desta raiz inicial, a palavra *patrimonium* passa a significar a herança paterna, não circunscrita ao conceito da herança material do pai moderno, mas aos conceitos do poder, dominação e autoridade, que adquirem visibilidade por meio da hierarquia – familiar e social – das realizações e também das riquezas adquiridas pelos ancestrais. O conceito lato assim construído expande nossa asserção do paradigma para além da idéia de materialidade circunscrita no modelo da herança patrimonial sedimentada pelo direito moderno, pois compreende a herança ancestral no âmbito da construção de sentidos.

É essa herança cultural que é a base de sustento para o desenvolvimento do turismo, principalmente aquele de base comunitária, no qual a própria comunidade é o sujeito de interlocução entre o produto turístico, turista e a produção do espaço local.

Nesse sentido, para compreender o turismo é necessário entender as relações de poder na produção deste espaço, no qual implica, fundamentalmente, compreender o espaço como algo socialmente produzido, que expressa às contradições do modo de produção capitalista ou do espaço-mercadoria. Ele é, a um só tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes. O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas (Coriolano, 2006).

Para Rodrigues (1997), os espaços turísticos evoluem por um processo de ondas de ocupação e apropriação que frequentemente são ditadas pela moda ou originadas pelo consumo do espaço, o que, na maioria das vezes, acarreta em degradação e destruição dos recursos.

Segundo Coriolano (2006), a inserção do turismo com o viés puramente economicista, é uma preocupação, pois a atividade do turismo tem sua origem no próprio seio do capitalismo, implicando, dessa forma, um espaço produzido para a reprodução capitalista, especialmente porque apropria e expropria a comunidade local. Assim, entender o turismo dentro das forças hegemônicas do capitalismo é crucial para compreender todo o complexo sistema que o molda e também para se pensar em alternativas que vão de encontro com as necessidades da comunidade local.

Em virtude disso, pensar em um modelo de turismo que leve a valorização do patrimônio cultural da comunidade é uma alternativa que corrobora para um turismo pautado no compromisso com a população local. Assim, pode-se ter uma ampliação do conhecimento do patrimônio cultural e valorização dos mesmos, como por exemplo, o grupo de Folia de Reis do assentamento Gleba XV de Novembro.

Ainda convém lembrar que o turismo que pensamos é aquele que diverge da espetacularização do patrimônio cultural e principalmente daquele que se projeta na cultura como meio para angariar mais lucro. No caso desta Folia de Reis, os mestres que orientam esse grupo percebem no turismo uma alternativa que venha a valorizá-los enquanto foliões e detentores de saber proveniente da oralidade.

Dado o exposto, Estrela Guia é o nome que se deu ao grupo de Folia de Reis do assentamento Gleba XV de Novembro. Esta manifestação cultural iniciou sua atividade na cidade de Belo Horizonte/MG, com a liderança de Domingos Soriano. Com a mudança para o estado de São Paulo com sua família, em busca de melhores condições de vida, trouxe a Folia consigo. Este, antes de vir a falecer, pediu ao filho que continuasse com o grupo, e assim por meio de uma promessa feita, deu-se continuidade a esta festividade (Santos, 2009).

Segundo Ikeda (2011), há diferentes tipos de folias: a baiana, a goiana e a mineira. No caso, esta Folia de Reis é de tradição mineira, em virtude do próprio local de nascimento do mestre que é do estado de Minas Gerais.

O período de realização da festa tem como data de comemoração todo o dia 06 de janeiro, e o local é a capela que fica dentro do lote dos próprios mestres. Ter uma data e um local fixo facilita para que outras pessoas possam participar. Desde que chegaram ao assentamento, no ano de 1987, a Folia acontece, a partir de então, todos os anos passaram a fazer a Folia de Reis em homenagem aos Santos Reis.

O ritual geralmente consiste em: saída, também conhecido como giro ou jornada; a visita nas casas e o fechamento da bandeira. São elementos que não podem faltar na jornada: os instrumentos musicais, os foliões e a bandeira.

A saída é um elemento que caracteriza a Folia de Reis, contudo não há uma rigurosidade em relação ao período de saída com a bandeira. Dessa forma, o mestre e o próprio grupo tem autonomia para adequar a sua realidade.

A saída é feita antes do Natal, em virtude da quantidade de casas que o grupo tem que visitar, assim, sair antecipadamente é uma possibilidade de visitar as casas que solicitaram previamente. Por isso, a saída ocorre entre os dias 10 e 15 de dezembro, mas tradicionalmente as saídas deveriam ocorrer na noite do dia 25 de dezembro, após a missa do Natal.

Geralmente, o grupo sai com 8 a 12 pessoas para fazer a jornada. Entretanto, esse número as vezes é inferior, em virtude da dificuldade de reunir mais participantes que possam deixar seus afazeres para acompanhar o grupo.

As pessoas que acompanham o grupo executam as tarefas de: embaixador; rainha, bastiões e foliões. O mestre, também chamado de embaixador, desenvolve a função de coordenar o grupo e compete a ele puxar os cantos em primeira ou segunda voz. O contramestre é o responsável por cuidar das ofertas recebidas e se precisar poderá substituir o mestre. A rainha, também chamada de bandeireiro, bandeirista ou alferes da bandeira, compete zelar pela bandeira (Botelho & Santos, 2003).

Os bastiões, também conhecidos como palhaços, são responsáveis pela execução do ritual da folia: cantar pedindo a oferta ou esmola e as brincadeiras que animam a folia (Santos, 2009). São três bastiões, representando simbolicamente o número dos três Santos Reis.

Na tradição mineira, após a saída da bandeira, o rito de visitas consiste em: saída de determinada casa (pouso de saída); visitas e pedidos de esmola em inúmeras casas, durante vários dias; chegada a casa onde se encerra o ciclo (pouso ou casa da entrega). A bandeira ou estandarte é o símbolo central, que sempre traz a figura dos Santos Magos ou cenas da natividade, e por isso, elemento que não pode faltar, pois esta será entregue ao dono da casa que acolhe o grupo (Ikeda, 2011).

No caso, eles deixam uma bandeira ornada com enfeites na casa que acolhe a visita e a outra mais simples fica com o grupo.

Normalmente, em cada casa visita a cerimônia é feita da seguinte forma: cantoria de chegada pedindo permissão para entrar na casa; cantoria de saudação juntamente com o pedido de esmola; entrega da bandeira; cantoria sobre a natividade; devolução da bandeira à Folia quando há mais casas a serem visitadas; recebimento da esmola; e cantoria de agradecimento e despedida (Ikeda, 2011).

Para Brandão (2003) há um reconhecimento da Folia de Reis como folclore, pois é uma herança da cultural popular e uma tradição muito antiga do catolicismo, no qual a Folia é um complexo rito coletivizado.

Em vista dos argumentos apresentados, entendemos que a Folia de Reis é um legado cultural apropriado pelos brasileiros, portanto faz parte da nação brasileira, e sendo visto institucionalmente pelo Ministério da Cultura e pela Comissão Nacional de Folclore, dentre outras instituições, como dotado de tal predicado, propõe-se a proteção dessa manifestação cultural como patrimônio imaterial do assentamento Gleba XV de Novembro e do Município.

Sua preservação é extremamente necessária tendo em vista que, o reconhecimento da importância desse patrimônio cultural na formação do lastro cultural do país e do Município, constitui um elo entre passado e presente e por isso requer que sejam asseguradas as opções necessárias a sua sobrevivência.

Sua proteção poderia ser mediante a inclusão no Livro de Registro do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como medida de salvaguardar o legado existente no assentamento. Dessa forma, são partes legítimas para solicitar o registro em um dos Livros e/ou o seu tombamento: o Ministro de Estado da Cultura; instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; Secretarias de Estado, de Municípios; sociedades ou associações civis (Decreto, 2000).

A partir da necessidade de toda a documentação necessária, como requisitos obrigatórios para iniciar o processo administrativo de registro deste bem, é de se pensar que seja uma tarefa árdua, contudo, de todo o processo, independente de se conseguir o parecer favorável ou não, se terá ao menos organizada toda uma documentação sobre este patrimônio cultural, como meio de guardar um memorial de sua existência.

Dessa forma, como ação de proposição para a sua salvaguarda, em se tratando que é um bem imaterial, mas prevendo que o Registro inclui um bem material, seria interessante o registro da capela de Santos Reis como local onde se concentram e reproduzem a prática cultural da Folia de Reis “Estrela Guia” do assentamento. Já que é este, o espaço em que se encontram e fazem os ensaios, onde se guardam os instrumentos, onde é feita a saída da bandeira e o seu fechamento. E estando a capela localizada dentro do lote dos mestres da Folia de Reis, e sendo o lote uma propriedade que não pode ser vendida, acredita-se que a capela estará resguardada e guardando a memória da Folia de Reis.

A capela é o espaço sagrado para os devotos e participantes da Folia de Reis no assentamento Gleba XV de Novembro. Dessa forma, na impossibilidade de registrar as canções que são de autores diversos, ou o seu ritual, percebe-se na capela um símbolo que representa esta Folia de Reis “Estrela Guia”.

O tombamento é outra possibilidade de proteção ao patrimônio cultural. Entretanto para o tombamento, este poderá ser solicitada na Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo por meio do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico - ConDePHAAT (São Paulo, 2011). Levando se em conta, o lote onde ocorre a prática da Folia de Reis, é salutar a reflexão sobre os impedimentos que o tombamento impõe ao bem, nesse sentido, seria o registro, a priori, o mais recomendável, em virtude do uso que se tem da propriedade, no qual a Folia acontece.

Os dois processos implicam tempo demasiado para sua realização, mas vale a pena, pois é uma forma de mostrar para a localidade e o poder público local a importância desse patrimônio cultural. Contudo, esse processo seria simplificado se acaso houvesse no Município um Conselho de Cultura, pois esta mesma poderia estar a frente do pedido de preservação tanto na a esfera estadual e federal.

Além disso, o próprio Conselho poderia tombar como patrimônio municipal este patrimônio imaterial, o que consequentemente já facilitaria para pleitear em outras esferas a salvaguarda do patrimônio.

É importante destacar que ter um bem tombado não significa necessariamente recursos financeiros para investir em sua manutenção, conservação e preservação, mas é uma medida que inibe e endossa a existência do patrimônio para que a esfera municipal e a sociedade civil possam colaborar para a sua sobrevivência.

As políticas públicas culturais aliadas a atividade do turismo teriam o papel de interlocutora de garantir a sua sobrevivência e ao mesmo tempo tornar possível o processo de valoração do patrimônio cultural. Isso é um esforço que se tem observado no Ministério da Cultura, em seus planos e programas, mas que ainda não é suficiente para tornar de fato a centralidade na cultura como o é a economia e outros aspectos da vida social.

3. Considerações Finais

Lavando em consideração o exposto, há um campo diverso que pode desencadear ações concretas que beneficie o município e os assentamentos, culminando com a geração de renda, na melhoria na qualidade de vida dos assentados e valorização de seu patrimônio cultural e de sua identidade territorial.

Para isso é imprescindível a elaboração de políticas públicas que estreite as relações entre turismo e cultura como uma possibilidade de valorização da população tradicional, neste caso, os pequenos produtores dos assentamentos rurais do Município de Rosana-SP. Dessa forma, é de suma importância que haja um canal de comunicação entre as esferas de governo, e a sociedade de modo que permita a construção de um dialogo contínuo e horizontal entre os sujeitos sociais e as esferas públicas.

É possível a criação de políticas públicas culturais que contribua para a erradicação da desigualdade entre os povos e as diferentes regiões do país, pautados principalmente no respeito as singularidades regionais e culturais. Nesse sentido o turismo é uma possibilidade para articular os interesses que envolvem o turismo e a cultura dos povos tradicionais. Apesar da complexidade que envolve a temática se faz necessário pensar em políticas públicas que reverbere sobre a inclusão da cultura dos menos privilegiados a rede do turismo.

4. Referências

Arendt, H. **O que é política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Botelho, W. & Santos, R.J. Turismo alternativo: potencialidades das festas em Uberlândia-MG, **Horizonte científico**, Uberlândia, v. 2, nº 2, 2003. Recuperado em 03 maio 2009, de <<http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/humanas2003/turismo.pdf>>.

Brandão, C. R. **O que é folclore**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro. Brasília, 2000. Recuperado em 20 jan. 2013 de, <portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>. Acesso em.

Brasil. Ministério da Cultura – MinC. Plano Nacional de Cultura - PNC. Dispõe sobre as diretrizes gerais para políticas culturais. Portal do Ministério da Cultura, Brasília, 2008. Recuperado em 20 out. 2012, de <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf>.

Choay, F.. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

Coriolano, L. N. M. T. Espaço, poder e exclusão: contexto econômico-social do patrimônio cultural turistificado. In: Martins, C. (Org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006, p.31-37.

Froner, Y.A. Patrimônio Cultural: tangível e intangível. In: Castriota, L.B (Org.) **Paisagem Cultural e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Ieds, 2009, p. 91-103.

Funari, P. P; Pelegrini, S. C.A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP. Dados sobre os assentamentos. Presidente Prudente, 2013. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <cledianascimento@yahoo.com.br> em: 27 Jun. 2013.

Gonçalves, C. S. O contexto de criação do Sphan. In: GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. p.23-60.

Ikeda, A.T. **Folia de reis, sambas do povo**. São José dos Campos: CECP; FCCR, 2011. (Cadernos de Folclore, v.21).

Iokoi, Z.M. G. et al (Org.). **Vozes da terra: história de vida dos assentados rurais de São Paulo**. São Paulo: Fundação Itesp, 2005.

Rodrigues, A.B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

Rubim, A. Políticas Culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Faculdade de Comunicação/UfBa, 2007. p.1-21. Recuperado em 15 abr 2012, de <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbinoRubim.pdf>>.

Santos, C.N. **Cultura e manifestações culturais: um atrativo turístico no espaço rural dos assentamentos do município de Rosana/SP**. 2009. 128f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Experimental de Rosana, Rosana. Recuperado em 20 jun. 2013 de, <http://biblioteca.rosana.unesp.br/int_conteudo_sem_img.php?conteudo=468>.

São Paulo. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico – ConDePHAAT. 2011. Recuperado em 12 jul. 2013 de, <www.cultura.sp.gov.br>.

Souza, S.P. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP**. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2007. Recuperado em 20 jun. 2013, de http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/07/sergiopsouza.pdf.

Yin, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman, 2005.